

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS e do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PMGRCC do Município de Taiúva/SP, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 10.936/2022, Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis.

**2. NATUREZA DO OBJETO**

O objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado, sem predominância de mão de obra exclusiva, consistente na elaboração de estudos, diagnósticos, prognósticos, propostas técnicas, metas, programas e instrumentos de planejamento municipal relacionados à gestão integrada de resíduos sólidos e ao gerenciamento dos resíduos da construção civil.

**3. QUANTITATIVO**

Item	Descrição
1	Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS
2	Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PMGRCC

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A contratação encontra fundamento na necessidade de dotar o Município de instrumentos técnicos de planejamento, gestão, controle e fiscalização da política pública de resíduos sólidos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010.

A elaboração do PMGIRS constitui medida essencial para o adequado planejamento das ações municipais relativas à geração, coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, bem como para a definição de metas, programas, responsabilidades e mecanismos de monitoramento.

De igual modo, a elaboração do PMGRCC revela-se necessária para disciplinar a gestão dos resíduos oriundos da construção civil, estabelecendo diretrizes para pequenos e grandes geradores, áreas de recepção, triagem, reutilização, reciclagem, transporte, fiscalização e destinação ambientalmente adequada, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na contratação de empresa tecnicamente capacitada para realizar levantamento de dados, diagnóstico da situação atual, identificação dos fluxos de resíduos, análise da legislação local e

regional, proposição de diretrizes, metas, programas, ações, indicadores, mecanismos de controle e instrumentos de implementação dos planos municipais.

A contratada deverá entregar produtos técnicos completos, compatíveis com a realidade municipal, evitando documentos meramente padronizados ou genéricos, devendo contemplar, no mínimo:

- a)** diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos no Município;
- b)** identificação dos tipos, fontes geradoras, volumes estimados e formas de manejo dos resíduos;
- c)** avaliação da coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final;
- d)** identificação de passivos, fragilidades e oportunidades de melhoria;
- e)** proposição de metas de curto, médio e longo prazo;
- f)** programas, projetos e ações para implementação progressiva;
- g)** definição de responsabilidades dos geradores, do Poder Público e dos prestadores de serviços;
- h)** mecanismos de monitoramento, fiscalização e avaliação;
- i)** minuta de instrumentos normativos ou orientativos, quando cabível;
- j)** relatório final consolidado dos planos.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica relativo à elaboração de plano, estudo, projeto ou instrumento de gestão ambiental, resíduos sólidos, saneamento básico, resíduos da construção civil ou objeto correlato.

A equipe técnica deverá possuir profissional habilitado junto ao respectivo conselho de classe, quando exigível, com atribuição compatível com o objeto contratado.

A execução dos serviços deverá observar, especialmente:

- a)** Lei Federal nº 12.305/2010;

- b) Decreto Federal nº 10.936/2022;
- c) Lei Federal nº 11.445/2007, quando aplicável;
- d) Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações posteriores;
- e) normas técnicas ambientais aplicáveis;
- f) legislação municipal pertinente;
- g) diretrizes dos órgãos ambientais competentes.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto deverá ocorrer por etapas, compreendendo, no mínimo:

### **Etapas 1 — Plano de trabalho**

Apresentação de plano de trabalho contendo metodologia, cronograma, equipe técnica, fontes de dados, forma de interlocução com a Administração e produtos a serem entregues.

### **Etapas 2 — Levantamento de dados e diagnóstico**

Realização de levantamento técnico sobre a situação atual dos resíduos sólidos no Município, incluindo resíduos domiciliares, comerciais, públicos, de serviços de saúde, recicláveis, volumosos, podas, resíduos da construção civil e demais categorias pertinentes.

O diagnóstico deverá identificar os geradores, fluxos, formas de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, destinação, disposição final, custos, contratos existentes, estrutura administrativa, legislação local, pontos críticos e eventuais passivos ambientais.

### **Etapas 3 — Prognóstico e proposição de soluções**

Elaboração de prognóstico com identificação de cenários, metas, programas, ações prioritárias, responsabilidades, indicadores de acompanhamento e medidas de melhoria da gestão municipal.

#### **Etapa 4 — Elaboração das minutas dos planos**

Apresentação das minutas do PMGIRS e do PMGRCC para análise da Administração, com possibilidade de solicitação de ajustes, complementações ou esclarecimentos.

#### **Etapa 5 — Produto final consolidado**

Entrega dos planos finais consolidados, em meio digital editável e em PDF, acompanhados dos anexos técnicos, quadros, mapas, tabelas, referências e demais elementos necessários à sua utilização pela Administração.

### **8. PRAZO DE EXECUÇÃO**

**O prazo para execução integral do objeto será de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente.**

Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado pela contratada antes do término do prazo contratual, acompanhado de justificativa técnica, ficando condicionado à análise e autorização da Administração.

### **9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidor designado pela Administração, cabendo-lhe acompanhar as etapas, analisar os produtos entregues, solicitar esclarecimentos, propor ajustes e atestar a execução dos serviços.

A interlocução técnica com a contratada será realizada pelo Engenheiro Civil Aymar Aparecido Penedo Junior, ou por outro servidor formalmente designado.

A fiscalização poderá rejeitar produtos incompletos, genéricos, inconsistentes ou incompatíveis com a realidade municipal, hipótese em que a contratada deverá promover as correções necessárias, sem ônus adicional para a Administração.

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade técnica dos serviços e pela adequação dos produtos entregues.

### **10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Os produtos somente serão aceitos se:

**a)** atenderem integralmente ao escopo previsto neste Termo de Referência;

- b) observarem a legislação e normas técnicas aplicáveis;
- c) apresentarem diagnóstico compatível com a realidade local;
- d) contiverem metas, programas e ações objetivamente definidos;
- e) forem entregues em formato editável e PDF;
- f) forem aprovados pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização.

A Administração poderá solicitar ajustes, complementações ou correções antes do aceite definitivo.

#### **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado após a entrega integral e aceite definitivo do objeto, no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da nota fiscal regularmente atestada.

#### **12. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado mediante procedimento de licitação, conforme enquadramento definido no processo administrativo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

O critério de julgamento, quando cabível, será o de menor preço global, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de compatibilidade técnica entre os produtos contratados.

#### **13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação será realizada em documento próprio, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo utilizar, conforme o caso:

- a) contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- b) dados do PNCP;
- c) Painel de Preços;
- d) pesquisa com fornecedores especializados;
- e) outras fontes idôneas e justificadas.

Os documentos de formação de preço deverão integrar o processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

#### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, a ser indicada pelo setor competente.

Observação: recomenda-se revisar o elemento de despesa originalmente indicado, pois o objeto trata de serviço técnico de elaboração de planos, e não de aquisição de equipamentos ou material permanente.

#### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Compete à contratada:

- a) executar os serviços conforme este Termo de Referência;
- b) disponibilizar equipe técnica compatível com o objeto;
- c) realizar os levantamentos necessários;
- d) elaborar produtos técnicos específicos para o Município de Taiúva/SP;
- e) atender às solicitações da fiscalização;
- f) corrigir inconsistências apontadas pela Administração;
- g) manter sigilo sobre informações obtidas durante a execução contratual;
- h) entregar os produtos finais em formato digital editável e PDF.

#### **16. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Compete ao contratante:

- a) fornecer informações e documentos disponíveis;

- b)** designar responsável pelo acompanhamento e fiscalização;
- c)** analisar os produtos entregues;
- d)** solicitar ajustes, quando necessários;
- e)** efetuar o pagamento após o aceite dos serviços.

#### **17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.